

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO COM FOCO NA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

**Maria Augusta Roque de Jesus**

Seção de Atendimento Móvel de Urgência – Município de Santos, São Paulo  
[mariaaugusta@santos.sp.gov.br](mailto:mariaaugusta@santos.sp.gov.br)

**Maria Christina S. F. Cervera**

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
[chriscer@terra.com.br](mailto:chriscer@terra.com.br)

**Resumo:** Administração Pública é a gestão do erário público por intermédio da efetivação de políticas públicas. Entretanto, existem sistemas adotados pelo Estado para evitar o desvio de suas finalidades que possam ser causados por atos não muito éticos praticados por seus administradores e servidores. Este estudo se propõe a conhecer quais as melhores estratégias de treinamento ético utilizadas no Brasil e em outros países, que possibilitem prevenir e combater à corrupção. A abordagem metodológica escolhida para esta pesquisa foi a qualitativa, exploratória e descrita numa revisão bibliográfica, com procedimento técnico comparativo de modelos treinamentos de capacitação nacionais e internacionais visando identificar qual seria mais apropriado para o Brasil. Os dados levantados mostram que a partir da Constituição Federal de 1988 foi criado um arcabouço legal, além dos órgãos de controle que, inclusive buscam orientar, além dos servidores, os usuários de seus serviços, levando em conta que a atitude irregular externa pode influenciar a cultura da organização. Comparativamente, os países da América Latina ficam aquém em relação aos países estrangeiros anglo-saxônicos (o modelo Australiano demonstra o melhor nível de segurança), embora tenham demandado providências no sentido de efetivar a gestão da ética. A partir dessa análise, foi verificado que as estratégias de treinamento ético para serem eficazes, precisam equalizar ferramentas tecnológicas (audiovisuais), empíricas (conflitos entre o público e privado), administrativas (melhoria na qualidade do local de trabalho) e sociais (relacionamento interpessoal). Dessa forma, essa prática contribui para a efetivação de políticas públicas, beneficiando toda a sociedade.

**Palavras-chave:** mecanismos de combate à corrupção, governança, capacitação de servidores, ética na administração pública; gestão da ética no setor público.

**Abstract:** Public Administration is the management of the public treasury through the implementation of public policies. However, there are systems adopted by the State to avoid the deviation of its purposes that may be caused by not very ethical acts practiced by its administrators and servers. This study proposes to know the best ethical training strategies used in Brazil and in other countries, which make it possible to prevent and combat corruption. The methodological approach chosen for this research was the qualitative, exploratory and described in a bibliographical review, with a comparative technical procedure of models national and international training to identify which would be more appropriate for Brazil. The data collected show that since the Federal Constitution of 1988 a legal framework was created. In addition, some control bodies seek to orient, besides the servers, the users of their services, taking into account that the irregular external attitude can influence the culture of the organization. Comparatively, Latin American countries fall short of anglo-saxonic

foreign countries (the Australian model demonstrates the best level of security), although they have invested many efforts to implement ethics management. From this analysis, it was verified that ethical training strategies to be effective, need to equalize technological (audio-visual), empirical tools (conflicts between the public and private), administrative (improvement in the quality of the workplace) and social (interpersonal relationship). In this way, this practice contributes to the implementation of public policies, benefiting the whole society.

**Keywords:** anti-corruption mechanisms, governance, servers training, ethics in public administration; management of ethics in the public sector.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema central a ética no serviço público, com foco na capacitação. A questão problema deste estudo consiste em conhecer quais as melhores estratégias de treinamento ético, que possibilitem estabelecer mudanças no padrão comportamental dos servidores e levá-los a multiplicar ações que venham trazer ao próprio trabalho um rigor mais ético. Para tanto, foram pesquisadas as estratégias aplicadas no treinamento ético nacional: Serviço Público Civil do Poder Executivo no Distrito Federal-BR, Polícia Rodoviária Federal-Distrito Federal-BR, Serviço Público Civil de Minas-Gerais-BR e internacional: Serviço Público Civil do Poder Executivo da Argentina, Estados Unidos e Austrália, comparando as estratégias e verificando qual melhor se adequaria à realidade atual.

Desta forma o objetivo geral da pesquisa é a apresentação de estratégias de treinamento ético utilizadas no serviço público e quanto aos objetivos específicos: a) descrever as estratégias de treinamento no serviço público aplicadas no Brasil; b) descrever as estratégias de treinamento no serviço público aplicadas no exterior (Argentina, Austrália e Estados Unidos) comparar as estratégias de treinamento aplicadas no Brasil em relação às aplicadas em outros países.

A escolha do tema se justifica porque a ética no serviço público infere na boa governança. Quando falamos sobre gestão pública, o rigor ético é imprescindível, haja vista o zelo necessário por parte dos servidores públicos, quando da administração da república.

A abordagem metodológica escolhida para esta pesquisa foi a qualitativa, exploratória e descrita numa revisão bibliográfica, com procedimento técnico comparativo. Para a pesquisa bibliográfica, foram analisados 31 artigos publicados entre os anos de 1994 e 2015 e as bases de dados consultadas, entre agosto e outubro de 2015, foram Capes (periódicos), Scielo, RAP (Revista da Administração Pública), RSP (Revista do Serviço Público), Google, Google Acadêmico, ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), UOL e Pepsico. Os

principais autores consultados foram Carneiro (1998), Reis (2012), Lima (2012), Westin (2014), Yabiku (2010), Demo (2005), Alves (2009), Souza (2014), Ramos (2012), Guimarães (2012) e Maia (2001).

As palavras-chave utilizadas para a condução da busca foram selecionadas a partir de trabalhos que envolviam o conceito de ética, administração pública, servidor público e capacitação. As combinações de palavras utilizadas nas bases de dados foram ética, capacitação em ética, treinamento ético no serviço público, modelos de administração pública.

Os critérios de inclusão dos resumos foram: a) estudos que descrevessem ou avaliassem procedimentos de intervenção a fim implementar o conceito de ética, ética no serviço público, modelos de administração pública, lacunas institucionais no sistema e capacitação como ferramenta no combate à atitude antiética; c) publicações em periódicos, referente a boas práticas de gestão nas esferas públicas, municipal, estadual e federal. Foram desprezados da pesquisa: a) artigos de revisão; b) estudos apenas pautado em lideranças; c) análises sem fundamentação bibliográfica, ou visão simplista do autor.

A pesquisa é qualitativa, porque se preocupa mais com os processos do que os produtos (DEMO, 2001), atentando-se à qualidade dos processos de capacitação investigados. É exploratória porque foi realizado levantamento bibliográfico e análise de exemplos que permitiram o melhor entendimento do assunto em pauta. (GIL, 2007). É descritiva porque pretende descrever os treinamentos com precisão e de maneira realista (TRIVIÑOS, 1987).

A análise comparativa foi realizada no estudo de modelos treinamentos de capacitação nacionais e internacionais, procurando-se conhecer pontos análogos e divergentes, a fim de identificar qual modelo seria mais apropriado para o Brasil, que poderia garantir um feedback melhor junto ao funcionalismo público.

O referencial teórico pautou-se nas seguintes etapas: conceito de ética, ética na atualidade-sociedade de poucos valores éticos, as lacunas institucionais do sistema público, os modelos de administração pública que acidentalmente levaram a falha ética, o perfil do servidor público atual, a capacitação como ferramenta de combate ao mau comportamento pautado na falha ética e a investigação, análise e comparação de estratégias aplicadas na capacitação em ética no Brasil (Serviço Público Civil-Poder Executivo Federal e Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal, incluindo o Serviço Público Civil do Estado de Minas Gerais) e Argentina (Serviço Público Civil do Poder Executivo Federal), Estados Unidos (Serviço Público Civil do Poder Executivo Federal) e Austrália (Serviço Público Civil do Poder Executivo Federal) que representaram um importante instrumental profilático no

combate ao comportamento antiético de servidores es públicos. Cumpre esclarecer que tais países foram escolhidos por apresentarem resultados positivos em treinamentos éticos que operam eficientemente na Administração Pública Gerencial, portanto, compatíveis com a realidade da gestão pública contemporânea.

## DESENVOLVIMENTO

Esta seção versará sobre as teorias que fundamentaram este estudo, assim inicialmente, serão apresentados o conceito de ética e moral; ética na atualidade, sociedade de poucos valores éticos; posteriormente, as lacunas institucionais do sistema público; os modelos de administração pública, que acidentalmente permitiram a falha ética; e por fim, o perfil atual dos servidores públicos e a capacitação do servidor público como ferramenta de combate ao mau comportamento pautado na ética.

Segundo Gontijo (2006), a palavra ética advém do grego *ethos*, designando morada, lugar de referência, costume e a palavra moral, do latim *more*, correspondendo ao conjunto de normas a serem seguidas, para o adequado convívio social. Relata Yabiku (2010), que Sócrates (469-399 A.C) é considerado o precursor da ética, pois acreditava que o comportamento ético residia na felicidade, no conhecimento de si mesmo e na educação. Já Baroni (1994) refere que o célebre filósofo grego, elencou e qualificou os 06 (seis) bens soberanos: liberdade, justiça, verdade, bondade, beleza e poder (antropocentrismo), cuja exaltação levaria à felicidade. Posteriormente, Ramos (2012) esclarece que na idade média, a ética foi apartada da razão, por obra do vaticano, na era moderna, tornou-se fruto do embate entre racionalismo e empirismo e na era contemporânea, o iluminismo restabeleceu sua natureza racional. Desde o início do século XX até a atualidade, a sociedade vive a crise ética, embalada pelo capitalismo, a industrialização e a globalização que incitam ao individualismo, bem como a crise da ética, pois a humanidade encara os desvios de conduta como naturais.

Assim, com o desenvolvimento da humanidade, cada vez mais as questões éticas deixaram de ser discutidas, experienciadas, disseminadas, quer seja nos relacionamentos sociais ou no trabalho.

“A crise econômica e financeira que assola o mundo atual sugere uma reflexão importante para todos sobre princípios e valores culturais e

éticos que sustentam a convivência humana. A iniciativa privada não consegue abarcar todos os setores da economia, todos os serviços e produtos de que a sociedade necessita. O papel do Estado permanece essencial na solução de problemas em áreas como infraestrutura, educação e saúde, atendimento a pessoas idosas ou portadoras de deficiência, entre muitas outras” (ARRUDA, 2012, p. 42).

Infelizmente, quanto ao serviço público, a situação é análoga, pois segundo Amorim (2007), quando o materialismo impera, o homem invade a esfera pública, corrompendo-a através da miscigenação entre público e privado, dilapidando a democracia.

Segundo Souza (2014), hoje no Brasil, existe uma crise ética na nossa sociedade. A mídia alardeia barbáries diariamente e banalizaram o termo ética, comprometendo sua essência. Quer seja por origem histórica ou evolução política, nosso país é heterogêneo por excelência, dos bolsões de pobreza e analfabetismo da região norte e nordeste à classe média alta e universitária das regiões sudeste e sul. Indubitavelmente, um país de grandes contrastes, apesar dos inúmeros recursos naturais e das singulares histórias de lutas partidárias e pela valorização da cidadania.

“Vivemos uma crise da legitimidade do modelo político, por não corresponder às necessidades de participação e mudança da sociedade civil; vivemos uma crise de representatividade dos partidos políticos tradicionais, vinculados às oligarquias regionais e às grandes burguesias nacionais, assim como dos partidos de esquerda que se adaptaram velozmente ao *status quo* e às práticas políticas tradicionais. Antes da crise econômica ou política, vivemos no Brasil, uma profunda crise moral e, em outras razões, decorrente da fragilidade na nossa formação. A esperança de enriquecer fácil e a certeza da impunidade é maior do que o medo de ser pego, razão pela qual vale a pena arriscar” (SILVA, 2015, p. 1).

Portanto, em nosso país, a ética deveria estar associada à cidadania. Para Alves (2009), embora o capitalismo tenha sucedido ao neoliberalismo e ao socialismo, fracassou igualmente, pois resultou no fortalecimento das elites, estimulou a miserabilidade e nutriu a

exclusão social. Segundo Garcia (2007), a globalização resultou na perda da identidade cultural e sócio econômica dos países, desprezando sua natureza e valores, para condensá-la e massificá-la num único contexto. A crise de valores é mundial e abarca a crise econômica, nos países europeus, o desemprego, a violência física e moral e o terrorismo são generalizados.

Considerando-se que os servidores públicos, são cidadãos, é crucial seu crescimento ético e valorização da cidadania, para que não cedam à tentação das lacunas institucionais e do assédio da corrupção.

Conforme Amadei Neto (2012), a ocupação de cargos de livre provimento por terceiros, bem como concursados partidários da situação, é quesito que facilita o acesso ao poder e sua manipulação. Enquanto que para Guimarães (2012), o patrimonialismo, parasita recorrente na evolução histórica e política, converge em clientelismo, reverberando em ineficiência e baixo nível de profissionalismo. Ainda segundo Costa (2010), o envelhecimento da legislação nacional e seus hiatos, facilitam a atuação antiética na Administração Pública.

Segundo Carneiro (1998), os vencimentos insuficientes dos servidores de nível superior do quadro organizacional é um dos motivos da danificação da postura ética no funcionalismo. Em face dessa pesquisa, verificou-se que os Estados Unidos e Austrália, conseguiram implantar uma boa gestão de ética, que coadunam com o novo modelo de Administração Pública Gerencial e cujos modelos de treinamento ético, merecem destaque.

“Para fins didáticos, as medidas no campo ético, avaliadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, podem ser agrupadas em três grandes categorias: a) alguns países direcionam sua estratégia para a revisão abrangente do quadro institucional e de procedimentos, com vistas a identificar as deficiências na administração das questões éticas: é o caso (...) dos Estados Unidos; b) outros países, em particular a Austrália (...) dirigiram suas estratégias para o contexto de reformas da administração pública, nas quais a questão ética é tratada apenas como parte de novos modelos gerenciais e de novas políticas de recursos humanos” (CARNEIRO, 1998, p.124).

No Brasil, pode-se citar a criação das comissões de éticas setoriais do Poder Executivo Federal (Brasil - Decreto 1.171, de 22/06/1994) e Comissão de Ética do Estado de Minas

Gerais (Brasil -Decreto 43673/2003, de 04/12/2003), como exemplo de excelentes ações que possibilitaram a elaboração de estratégia de treinamento éticos, para construção de uma infraestrutura ética no país, para prevenção e combate à corrupção. Além dessa louvável atitude do Governo Federal, a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da Controladoria Geral da União, publicou em 2008, o ‘Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão, (CGU, 2008) que aponta pedagógica e objetivamente, subsídios que ajudarão os gestores municipais, na efetivação de ações de fomento da ética junto ao funcionalismo público, e possibilitaram a gestão ética na administração pública.

Segundo Maia (2011), a Administração Pública é a gestão do erário público por intermédio da efetivação de políticas públicas. Para Lima (2012), os desvios éticos compõem o genoma da Administração Pública Brasileira. Os três modelos de Administração Pública (Patrimonialista, Burocrático e Gerencial), ainda que acidentalmente, possuem algumas características que refletem este conceito. A Administração Pública Patrimonialista disseminou o nepotismo e o clientelismo. A Administração Pública Burocrática, conforme refere Secchi (2009), embora pautada na obediência às normas e no profissionalismo, apresentou baixo nível de discricionariedade. A Administração Pública Gerencial, em alguns casos, promove a terceirização, permitindo o acesso de terceiros à máquina governamental, sem concurso público.

Contudo, importa ressaltar, que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, além da criação de órgãos de controle externo (Ministério Público, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas), o Governo Federal editou um relevante arcabouço legal, a saber: Lei 8429/92 (sanções em caso de improbidade administrativa), Lei 8.666/93 (regulamenta o procedimento licitatório, em âmbito nacional), Lei 1.171/94 (código de ética profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal e criação das comissões de éticas setoriais), Decreto de 26 de maio de 1999 (criação da Comissão de Ética Pública, gerenciadora das comissões de ética setoriais), Resolução nº 03/2000 (normas de controle frente regalos da iniciativa privada) , Decreto 4.405/2002 (Código de conduta da alta administração federal), Lei 6.029/07 ( sistema de gestão de ética do Poder Executivo) e Lei 12.527/11 (Acesso à Informação), para dar sustentabilidade à prevenção da corrupção junto aos servidores públicos, que atualmente são mais qualificados tecnicamente e esclarecidos.

A Constituição de 1988, ao incluir a exigibilidade de concurso público para acesso ao quadro de pessoal do serviço público, abriu as portas para a criação de um novo contingente de servidores, com maior qualificação técnica e capacidade intelectual. Segundo Westin

(2014), o atual burocrata brasileiro, não é mais um “barnabé” ou uma “Maria Candelária”, alcunhas com as quais a população costumava denominá-los, e sim membro de um grande contingente que possui nível superior, com especialização, mestrado e até doutorado.

No serviço público brasileiro, 66,5% dos servidores possuem, certificado de ensino superior. Na última década o percentual de pós-graduados cresceu de 12% para 21%, dentre os quais, metade são doutorados, sendo que os que possuem somente ensino fundamental caíram de 17% para 7% (IBGE, 2014). Estes índices espelham a qualificação técnica dos servidores, que convergem na excelência das políticas públicas, pois eles participam ativamente na composição ou no gerenciamento das mesmas. Até mesmo as repartições públicas evoluíram e perceberam a importância da capacitação. Já existem mais de 200 escolas de governo no território nacional e em algumas repartições a conquista de certificado reflete no aumento dos vencimentos, servindo de incentivo.

Observa-se que apenas no intervalo de 05 anos (1995) a (2010), o número de servidores que possuíam no mínimo o superior incompleto aumentou no Poder Executivo Federal em 4,6%, no Poder Executivo Estadual, 19,7% e no Poder Executivo Municipal, praticamente dobrou, passando a 18,1%, o que significa que a presença de servidores com uma melhor qualificação, agregando valor na elaboração de políticas públicas e facilitando a implementação da capacitação técnica ética.

Em meados do século XX, Walker (2011), já propunha 12 princípios que seriam os pilares da composição do código de ética profissional do serviço público, sendo que os analistas governamentais também sugeriam a supremacia do estímulo à criação e condução de um espírito de profissionalismo responsável junto ao serviço público. Salienta Siqueira (2010), a importância do treinamento prévio e posterior no exercício da função pública, aliando a técnica à consciência de normas e condutas, pois acreditava que a capacitação individual refletiria no desempenho do grupo. O advento da Administração Pública Gerencialista, com seu foco no gerenciamento adequado de recursos e na gestão de resultados, trouxe à baila, a questão da capacitação profissional em ética, como maneira de garantir a governança e o *accountability* no cuidado com a res pública. Dessa forma, cumpre destacar a importância da capacitação para o uso consciencioso da discricionariedade e para formação da chamada resistência ética ao assédio de possíveis atos irregulares.

Shepperd e Valência (1996), referem que a Austrália, desponta como uma das nações que conseguiu a transição tranquila do modelo burocrático para o gerencial, justamente por causa da valorização da capacitação em ética. Dessa forma, considerando que este artigo se

propõe a apresentar estratégias de treinamento no serviço público, foram pesquisadas estratégias implementadas por 02 estados brasileiros (Minas Gerais e Distrito Federal) e 03 (três) países estrangeiros (Austrália e Argentina) e feita análise comparativa, para divisar semelhanças e eventuais divergências.

Podemos observar que embora estejam presentes países de culturas diversas, existe uma característica comum na composição dos grupos envolvidos, apesar de tratar-se de serviço público, não se encontram inseridos os conselhos municipais e as associações comunitárias locais, que poderiam colaborar com o monitoramento dos treinamentos, através da pesquisa de opinião junto à comunidade em geral, quanto à melhora da qualidade das políticas públicas ofertadas, decorrente do aprimoramento da conduta ética dos servidores.

Também não se verifica a participação dos sindicatos representantes do funcionalismo, cuja contribuição na revisão periódica do código de ética e discussão de boas práticas, auxiliariam na aceitação e assimilação das estratégias aplicadas nos treinamentos éticos. Embora os modelos de treinamento sejam elaborados dentro do contexto da moderna administração pública gerencial, o estilo de gerenciamento e distribuição de competências, lembra o modelo werberiano, pois é estruturado e desenvolvido através de hierarquias bem definidas, com ênfase na impessoalidade e profissionalismo.

Percebemos que em aspectos gerais, as estratégias de treinamento buscam disseminar o código de ética e normas regulamentares das instituições, utilizando todos os recursos técnicos possíveis (audiovisuais e internet), contudo importa salientar que as relações interpessoais são valorizadas através de reuniões e palestras educativas. Interessante também, é a preocupação da corregedoria do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, que busca orientar, além dos servidores, também o público, usuário de seus serviços, partindo da premissa que a atitude irregular externa, estimula os desvios de conduta internos e contamina a cultura da organização.

Os países da América Latina, embora tenham demandado providências no sentido de efetivar a gestão da ética, ficam aquém em relação aos países estrangeiros. No caso argentino, o comitê de ética só existe de direito, mas não de fato e o processo educativo se dá apenas pela divulgação do código de ética. Numa análise ampla, a maioria das instituições brasileiras aqui apresentadas, bem como as estrangeiras, focam seus treinamentos no conflito de interesses entre o público e o privado, e desconsiderando a importância de preocuparem-se com o ambiente de trabalho e as relações interpessoais. Somente a Corregedoria da Polícia

Rodoviária Federal e a Austrália possuem modelos que contemplam esta outra face, tão importante para construção de uma cultura ética bem-sucedida

Verificou-se que as estratégias de treinamento ético para serem eficazes, precisam equalizar ferramentas tecnológicas (audiovisuais), empíricas (conflitos entre o público e privado), administrativas (melhoria na qualidade do local de trabalho) e sociais (relacionamento interpessoal).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação das estratégias analisadas, através do estudo conceitual da ética e seu contexto social contemporâneo, das lacunas do sistema público, dos modelos da administração pública que acidentalmente permitiram a falha ética, do perfil atual do servidor público e da capacitação como ferramenta de combate a falha ética, incluindo o levantamento de estratégias de treinamento ético aplicadas no Brasil (Serviço Público Civil-Poder Executivo Federal e Polícia Rodoviária Federal do Distrito Federal, incluindo o Serviço Público Civil do Estado de Minas Gerais) e Argentina (Serviço Público Civil do Poder Executivo Federal), Estados Unidos (Serviço Público Civil do Poder Executivo Federal) e Austrália (Serviço Público Civil do Poder Executivo Federal), descrevendo-as e comparando-as, buscou-se verificar qual modelo seria mais funcional na Administração Pública Gerencial moderna.

Mediante a análise comparativa, conclui-se que o modelo Argentino demonstra fragilidade no combate à antiética, enquanto que o modelo Australiano demonstra o melhor nível de segurança. Pode-se observar ainda, que a capacitação de líderes e o uso sistemático da comunicação, consistiram nas principais estratégias utilizadas por todos os países. É preciso que se reconheça o importantíssimo papel das estratégias na educação continuada dos servidores públicos, para construção de uma identidade autossuficiente e personalidade críticas, conduzindo ao uso legítimo da discricionariedade. Resta ao gestor compreender que na gestão pública contemporânea, um profissional com formação e identidade éticas, será um agente transformador e eficaz na implementação e gerenciamento de políticas públicas, contribuindo para o benefício da comunidade e a boa governança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, R. (2009). Ética e Cidadania na Sociedade Brasileira. Webartigos (online). Recuperado em 8 setembro, 2015, <http://www.webartigos.com/artigos/etica-e-cidadania-na-sociedade-brasileira/17721/>
- AMADEI NETO, A. (2012). Ética e Administração Estatal: norma, jeito e desenvolvimento no Brasil. Anais... XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Cartagena, Colombia, 30 oct. - 2 Nov. 2012. Recuperado em 8 setembro de 2015, de <http://201.200.251.131/dgsc/documentos/cladxvii/amadenet.pdf>.
- AMORIN, F. de O. (2007). A confusão das esferas do público e do privado e o necessário resgate da eudaimonia aristotélica na administração da “coisa do povo”. Revista Tópos, 1(2), 139-154. Recuperado em 8 setembro de 2015, de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2200/2013>
- ARRUDA, M.C.C. de (2012). A ética em tempos de crise. GV-executivo, 11(1), 42-45. Janeiro -junho 2012 - Caderno Especial: Ética em tempos de crise. Recuperado em 17 outubro, 2015, de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/.../21561>.
- BARONI, R. (1994). Moral e ética. Revista do Serviço Público - RSP, 45(2), 213-233. Recuperado em 15 agosto, 2015 de <http://seer.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/809>
- CARNEIRO, J.G.P., (1998). O aprimoramento da conduta ética no serviço público federal, Revista do Serviço Público - RSP, 49(3), 120-133. Recuperado em 15 agosto, 2015 de <http://repositorio.ena.gov.br/handle/1/1552>.
- CGU - Controladoria Geral da União (2008). Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. Recuperado em 17 outubro, 2015, Recuperado em 17 outubro, 2015, de <http://www.portaltransparencia.gov.br/controlSocial/documentos/ManualIntegridade.pdf>
- COSTA, H. (2010). Proposta de senador torna inafiançável crime de corrupção na Administração Pública. Recuperado em 8 setembro de 2015, de <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-06-23/proposta-de-senador-torna-inafiancavel-crime-de-corrupcao-na-administracao-publica>.

- BRASIL. (1994). Decreto No 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Brasília-DF. Recuperado em 17 outubro, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)
- BRASIL. (2009). Decreto de 26 de maio de 2009. Cria a Comissão de Ética Pública e dá outras providências. Brasília-DF. Recuperada em 17 outubro, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/Dnnconduta.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Dnnconduta.htm).
- BRASIL. (2007). Decreto No 6.029, de 01 de fevereiro de 2007. Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília-DF. Recuperado em 17 outubro, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6029.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6029.htm)
- DEMO, P. (2005). Teoria e prática da avaliação qualitativa. *Perspectivas, Campos dos Goytacazes*, 4(7), 106-115, janeiro/julho 2005. Recuperado em 8 setembro de 2015, de <http://www.perspectivasonline.com.br/ojs/index.php/revista.../download/.../160>
- GARCIA, D.A. (2007). Ética e cidadania no mundo contemporâneo. Recuperado em 8 setembro, 2015 de <https://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=835>
- GONTIJO, E.D. (2006). Os termos 'Ética' e 'Moral'. *Mental*, 4(7), 127-135. Recuperado em 04 de julho de 2015, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272006000200008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272006000200008&lng=pt&tlng=pt).
- GIL, A.C. (2005). *Métodos e Técnicas da pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- GUIMARÃES, M.C. (2012). Transformações do trabalho e a violência psicológica no serviço público brasileiro. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 34(120), 163-171. Recuperado em 08 setembro, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v34n120/07v34n120.pdf>
- LIMA, A.R. (2012). *Corrupção e meritocracia na Administração Pública Brasileira*. Monografia. Escola Superior de Guerra - ESG. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado em 8 setembro, 2015, de <http://www.esg.br/images/Monografias/2012/LIMA.pdf>
- MAIA, R.M.S. (2011). Ética na administração pública: um estudo sobre a percepção dos alunos do curso noturno de Administração da Universidade de Brasília em relação ao tema. Recuperado em 8 setembro, 2015 de <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/218/223>

- MINAS GERAIS. (2015). Treinamento Introdutório (manual). Governo do Estado. Recuperado em 8 setembro, 2015, de [http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/gestao\\_pessoas\\_politicas\\_desenvolvimento/Treinamento\\_Introdu%C3%B3rio\\_para\\_servidores/Cartilha\\_treinamento\\_introdutorio\\_para\\_site\\_SEPLAG.pdf](http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/gestao_pessoas_politicas_desenvolvimento/Treinamento_Introdu%C3%B3rio_para_servidores/Cartilha_treinamento_introdutorio_para_site_SEPLAG.pdf)
- RAMOS, F.P. (2012). A Evolução conceitual da ética. Recuperado em 8 setembro, 2015, de <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2012/03/evolucao-conceitual-da-etica.html>
- REIS, C.R. (2001). Levantamento Sobre Experiências Internacionais de Modelos e Práticas de Gestão da Ética Pública. Comissão de Ética Pública, Recuperado em 08 setembro, 2015, de [www.presidencia.gov.br/etica](http://www.presidencia.gov.br/etica).
- SECCHI, L. (2009). Modelos organizacionais e reformas da administração pública. RAP, Rio de Janeiro, 43(2):347-69, mar./abr. 2009. Recuperado em 8 setembro, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>
- SHEPPERD, D.G. & VALENCIA, S. (1996). Modernizando a Administração Pública na América Latina: problemas comuns sem soluções fáceis. Recuperado em 08 setembro, 2015, de <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/397>
- SILVA, W. M. (2015). Vivemos a mais profunda crise moral e ética no Brasil. Recuperado em 17 outubro, 2015, de <http://www.progresso.com.br/opiniao/wilson-matos/vivemos-a-mais-profunda-crise-moral-e-etica-no-brasil>.
- SIQUEIRA, B. (2010). Seleção e treinamento - sua articulação. Recuperado em 15 agosto, 2015, de <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1610>
- SOUZA, C. (2014). Vivemos uma crise ética no Brasil. O que você tem a ver com isso? Recuperado em 8 setembro de 2015, de [http://www.brasilpost.com.br/carlos-souza/vivemos-uma-crise-etica-no-brasil\\_b\\_5001332.html](http://www.brasilpost.com.br/carlos-souza/vivemos-uma-crise-etica-no-brasil_b_5001332.html)
- TRIVINÕS, A.N.S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas
- WALTER, H. (2011). Em prol de um código de ética para o serviço público. Revista do Serviço Público, Brasília 62(1), 89-92 Jan/Mar 2011. Recuperado em 8 setembro, 2015, de <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/63/59>
- WESTIN, R. (2014). Especial cidadania mostra o novo perfil dos funcionários públicos brasileiros. Recuperado em 8 setembro de 2015, de <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/10/28/especial-cidadania-mostra-o-novo-perfil-dos-servidores-publicos-no-brasil>

YABIKU, R.M. (2010). Ética, Direito e Justiça: Platão e Sócrates contra os sofistas. Recuperado em 7 setembro, 2015, de <https://jus.com.br/artigos/20758/etica-direito-e-justica-socrates-e-platao-contras-softistas>.

ZANELLA, L.C.H. (2012). Metodologia de Estudo de Pesquisa em Administração. Universidade Federal de Santa

**Recebido 08/11/2016**  
**Aprovado 30/03/2017**